

## **Entre verdades e dissimulação: análise da narrativa sobre voto impresso nas notícias do site Terça Livre<sup>1</sup>**

Laís Cristine Ferreira CARDOSO<sup>2</sup>  
Heitor Costa Lima da ROCHA<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

### **Resumo**

O presente artigo analisa as construções narrativas empreendidas pelo site Terça Livre acerca da ideia de voto impresso, aclamada e defendida pelo presidente Jair Bolsonaro e por alguns políticos de direita e extrema-direita. A análise, realizada à luz da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), se baseia em três frentes: caracterização do voto impresso, qualificação dos atores políticos envolvidos e enquadramento dado às declarações acerca do tema. Após estudo, é possível afirmar que o site constrói narrativas favoráveis ao voto impresso, caracterizando-o como ferramenta essencial para a existência de eleições confiáveis e para a democracia, e criando ambiência para possíveis narrativas de fraude das eleições presidenciais de 2022, caso o mesmo não seja implantado.

**Palavras-chave:** eleição; mídia; voto impresso; fake news

### **Introdução**

Passados mais de 20 anos das primeiras eleições com urnas eletrônicas no Brasil, uma pauta até então aparentemente superada pelo sistema eleitoral brasileiro voltou à tona nos meios de comunicação: o voto impresso. A questão retornou ao debate com as inúmeras declarações proferidas pelo presidente Jair Bolsonaro em defesa de tal medida e com alegações de fraudes nas eleições presidenciais de 2014 e 2018, sendo essa segunda o pleito no qual saiu vencedor. Além disso, no dia 30 de julho de 2021 Bolsonaro convocou veículos de imprensa e usou a TV Brasil, emissora pública de televisão, para uma transmissão em tempo real<sup>4</sup> na qual, segundo anunciou, seriam mostradas provas de tais fraudes e da vulnerabilidade das urnas eletrônicas. Entretanto, na transmissão afirmou ter apenas indícios: "Não tem como se comprovar que as eleições não foram ou foram fraudadas, são indícios. Um crime se desvenda com vários indícios"<sup>5</sup>. Ao longo de pouco mais de duas horas de *live*, o presidente veiculou vídeos e notícias inverídicas que circulam na internet e em aplicativos de mensagem e que já foram diversas vezes desmentidas por órgãos oficiais, além de abordar outros temas não relacionados com o sistema de voto. Durante a

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, PPGCom/UFPE.

<sup>3</sup> Professor Associado do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>4</sup> Presidente realiza toda quinta-feira *live* nas redes sociais. Na última quinta-feira de julho, utilizou essa transmissão para falar mais uma vez em defesa do voto impresso.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C4sE3OAVpHY> Acesso em 31 jul 2021

transmissão, o Tribunal Superior Eleitoral usou sua conta no Twitter para rebater as acusações feitas por Bolsonaro. Apesar disso, o presidente voltou a repetir o discurso sobre fraude e a defesa do voto impresso em eventos públicos nos dias 30 e 31 de julho do mesmo ano.

O debate acerca da implantação de tal medida defendida por Bolsonaro ganhou outros capítulos com a votação da Proposta de Emenda Constitucional 135/2019, de autoria da deputada Bia Kicis (PSL), cujo texto original determinava que, em processos de votação e apuração das eleições, independente do meio utilizado para o registro do voto, seria obrigatória a “expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria”<sup>6</sup>. Em 10 de agosto de 2021, o pleito foi derrotado<sup>7</sup> em votação na Câmara dos Deputados.

Diante da efervescência das discussões e das constantes declarações do presidente Bolsonaro defendendo voto impresso “auditável” e reafirmando que só haveriam as próximas eleições presidenciais nessas circunstâncias, o assunto agravou uma crise institucional entre os poderes Executivo e Judiciário e foi pautado por diversos meios de comunicação, tanto na mídia tradicional como nos sites fora do *mainstream*, sobretudo nas plataformas de mídia com perfil editorial alinhado às ideias de direita e extrema-direita. Um exemplo desses sites é o Terça Livre, que afirmava, em seus princípios editoriais, praticar “O jornalismo é independente, apartidário, com linha editorial conservadora [...]. Isto se condensa nos princípios e valores da verdade, do exercício dialético e do processo civilizacional que construiu a sociedade ocidental”<sup>8</sup>.

Criado em 2014 por Allan dos Santos, o site ganhou notoriedade no ambiente de polarização política que tomou conta das eleições presidenciais de 2018 e teve seu conteúdo disseminado por grupos de trocas de mensagens e perfil em redes sociais da base bolsonarista, além de ter seu discurso legitimado por políticos aliados ao governo e pelo próprio presidente Bolsonaro. Assim, nessas bolhas, isto é, espaços de interação programada e de mercados possíveis onde apenas determinados conteúdos circulam (PARISER, 2012), ele se beneficiou de uma espécie de retroalimentação: ao mesmo tempo em que ajudou a

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2220292> Acesso em 31 jul 2021

<sup>7</sup> O resultado da votação foi 229 votos a favor e 218 contra. Para que a pauta avançasse no Congresso Nacional, eram necessários 308 votos favoráveis dos 513 deputados.

<sup>8</sup> Trecho dos princípios editoriais do Terça Livre. Disponível em <https://tercalivre.com.br/principios-editoriais/> Acesso em 31 jul 2021

elaborar as narrativas de apoio às pautas defendidas por partidos de direita e extrema-direita, foi alçado à categoria de mídia com credibilidade diante da audiência da extrema-direita a partir da chancela desses atores.

Apesar de ter estado em alta e contar com o público apoiador de Bolsonaro, o site encerrou suas atividades e teve todas as suas publicações tiradas do ar em outubro de 2021, após determinação da Justiça Eleitoral de suspensão de monetização de seu conteúdo por parte das plataformas digitais e do pedido de prisão preventiva<sup>9</sup> para seu fundador expedido pelo ministro Alexandre de Moraes como parte de um inquérito que investiga as milícias digitais. Durante seu período de atividade, o Terça Livre tornou-se uma das importantes fontes de informação para o público com ideias conservadoras, possuindo, assim, considerável papel no engendramento das narrativas, em especial, no campo político. Sendo assim, e diante da efervescência do tema do voto impresso no debate público, esse artigo objetiva analisar a construção narrativa sobre esse tema nas notícias veiculadas pelo Terça Livre.

### **Discurso das mídias e influência no debate público**

Para pensar o engendramento das narrativas desenvolvidas por qualquer meio de comunicação, se faz necessário pontuar algumas questões relacionadas ao discurso midiático e ao seu papel no debate público. Diante da centralidade da mídia na vida cotidiana e de seu papel no engendramento da realidade, o discurso midiático passa a ter função importante na disseminação de ideologias, no reforço de hegemonias ou desconstrução de paradigmas. Isso se dá, em partes, pelo fato de a comunicação jornalística elaborar uma narrativa acerca dos acontecimentos, na qual os meios de comunicação se colocam como uma espécie de especialistas de generalidades, que veiculam informações fidedignas e a contento acerca de vários assuntos. O discurso da mídia se dissemina sob um espectro de credibilidade, visto que suas informações tendem a ser caracterizadas pelos receptores como relevantes e elaboradas por especialista, portanto, afirmações fundamentadas sem meras suposições soltas.

Nesse papel de especialista, os veículos de comunicação acabam por formular o que Stuart Hall, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts chamam de idioma

---

<sup>9</sup> Em virtude da sua mudança de Santos para os Estados Unidos em 2020, a decisão determinou, ainda, a inclusão do nome do mesmo na lista de procurados da Interpol e que o governo brasileiro desse início ao seu processo de extradição. Até julho de 2022, quando esse artigo foi escrito, Allan dos Santos não havia sido extraditado e sua prisão não foi efetuada.

público: ao transformar um acontecimento em uma notícia acabada, os *media* acabam por elaborar uma versão do veículo na linguagem utilizada pelo público a que se destina, “a sua versão retórica, imagens e stock comum de conhecimento subjacente que supõe que o seu público partilha e que, deste modo, constitui a base da reciprocidade produtor-leitor” (HALL *et al.*, 2016, p. 319-320).

Os acontecimentos abordados no idioma público acabam por receber status de importância enquanto questão válida de interesse público, tendo em vista sua veiculação pela mídia e a centralidade desta no contexto social. Assim, para além de traduzir determinadas informações para o conhecimento geral, os *media* acabam por inserir tais acontecimentos no debate público, tornando-se, assim, um dos principais agentes da esfera pública, aqui entendida como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfiadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p. 92). Essa esfera faz parte da constituição das sociedades e é a dimensão na qual os assuntos públicos são abordados pelos atores públicos e privados. É nesse espaço em que se constitui a opinião pública, sendo essa entendida como considerações de parte da população a respeito de questões relacionadas ao estado, à sociedade e a outros temas de cunho público.

Diante do exposto, é perceptível que, para entrar no debate público, um tema deve estar presente na mídia. Entretanto, só a presença não basta, é preciso que ele seja abordado e construído narrativamente de acordo com os interesses daqueles que o promovem para que esses atinjam seu objetivo de influência, sobretudo quando se trata de questões relacionadas ao campo político, como é o voto impresso, objeto de estudo deste artigo. Dessa forma, se faz necessário analisar não só a presença da temática do site Terça Livre, mas também a maneira que a narrativa foi empreendida, levando em consideração as características do veículo e o público para quem ele fala, conforme idioma público explicitado anteriormente.

### **Desinformação, câmaras de eco e a ideia de verdade**

O Terça Livre, site analisado neste artigo, foi uma plataforma midiática composta por canal no YouTube e site de notícias que se descrevia como uma empresa de mídia “Sempre atenta ao nosso valor de fundação: o amor pela Verdade e a fé de que somente Ela nos libertará”. Apontava como um dos seus valores a “1) imparcialidade para assegurar a

honestidade” e “se compromete a trazer ao público a verdade dos fatos que realmente interessam ao público”. Apesar de exaltar seu compromisso com a verdade, o site foi acusado de disseminar fake news em várias ocasiões, e seu fundador, o blogueiro Allan dos Santos, investigado pelo Supremo Tribunal Federal em dois inquéritos: no que apura a existência de organização criminosa de propagação de notícias falsas e na investigação que apura o financiamento de atos antidemocráticos.

As fake news, isto é, “notícias falsas produzidas, disseminadas pelos meios da comunicação (novos e tradicionais) e consumidas por um público desinformado, ingênuo ou acrítico” (IASBECK, 2020, p. 114) não são um fenômeno recente, mas ganharam novos contornos com o uso das mídias digitais, provocando uma batalha discursiva. Isso se dá devido a existência de um ecossistema de desinformação, que abarca categorias específicas - falsa conexão, falso contexto e manipulação do contexto - (WARDLE *in* PIMENTA, 2017), fazendo com que a desinformação ocorra tanto com a disseminação de informações falsas, quanto com a manipulação de fatos verdadeiros.

Essa disseminação de conteúdo deliberadamente elaborado para manipular se favorece das dinâmicas de circulação de informações nas mídias digitais que, para além da ideia única de democratização do acesso a qualquer tipo de informação, pode contribuir, em determinados contextos, para a formação de grupos de usuários com pensamentos semelhantes que reforçam apenas uma determinada narrativa compartilhada (CINELLI *et al*, 2021). Quando essa circulação de informações se dá em ambientes políticos de polarização, tanto ideológica como afetiva, como é o caso do Brasil<sup>10</sup>, com a radicalização de indivíduos em função da aversão entre grupos com ideias contrárias, há condições propícias para a formação de câmaras de eco. Elas são “grupos que filtram o conteúdo que compartilham, dando preferência a informações que reforcem uma narrativa política em particular” (RECUERO; SOARES; ZAGO, 2021, p. 04).

A formação de câmaras de eco e a disseminação de notícias falsas ganharam ainda mais corpo com o advento da pós-verdade, situação que propiciaria “circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (OXFORD LANGUAGE, 2016). Esta é entendida como uma distorção deliberada da realidade, objetivando influenciar a opinião pública e as pessoas, e

---

<sup>10</sup> A atual polarização teve início com as Jornadas de Junho, em 2013, e a eleição presidencial em 2014 e ganhou grande força com a Operação Lava Jato e a campanha eleitoral de 2018, em especial com a eleição de Jair Bolsonaro.

é frequentemente usada no âmbito político.

Diante da distorção deliberada das notícias e da veiculação de informações falsas, volta-se a lançar luz acerca da ideia de verdade, tida como um dos pilares do trabalho jornalístico (CORNU, 1999). Ela não pode ser entendida a partir de um caráter transcendental e atingida de maneira completamente objetiva, mas sim construída a partir do consenso comunicacional e, segundo Habermas (2004), ligada a uma pretensão de validade. Assim, a verdade está:

(...) vinculada aos enunciados afirmados como atos de fala constatativos, o que pode ser realizado com razão ou sem razão, mas sempre envolvendo a pretensão de ser algo verdadeiro. Portanto, não é o caso de se verificar se as afirmações são verdadeiras ou falsas, mas se a pretensão de validade que encerram é capaz de ser reconhecida ou deve ser rejeitada, implicando a conclusão de as afirmações serem consideradas justificadas ou não. Uma pretensão pode se fazer valer, ser discutida, rejeitada ou acatada (ROCHA, 2007, 176).

Dessa maneira, se faz necessário olhar a verdade, sobretudo no discurso das mídias, porque

Na oposição entre verdadeiro e falso, [...] reconhece-se a imagem da informação jornalística que reivindica capacidade de produzir verdade sobre o mundo vivido [...]. Conceptualizada como discurso verdadeiro sobre o real, o discurso do jornalismo naturalizou interditos e práticas, formas canônicas de relato e legitimidade de quem assim reporta porque para tal tem estatuto e saber, um saber cognitivo e cultural que se reconhece as interpretações partilhadas sobre acontecimentos públicos e na forma de os colocar em narrativas (PONTES, 2005, p. 17).

Isso ocorre porque o discurso jornalístico possui o que Charaudeau (2009) chama de efeito de verdade, que está calcado mais na questão do “acreditar ser verdadeiro” do que no “ser verdadeiro”. Essa ideia se baseia na subjetividade do indivíduo e na sua convicção. Dessa forma, os meios de comunicação estão em um contexto no qual desenvolvem no sujeito a convicção de que reportam informações verdadeiras, e esse recebe seu discurso tendo como pano de fundo esse feito de verdade: “o que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca da ‘credibilidade’, isto é, aquilo que determina o ‘direito à palavra’ dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida” (CHARAUDEAU, 2009, p. 49).

Dessa maneira, diante do efeito de verdade e da credibilidade adquirida pelo site Terça Livre perante seu público, em especial nas câmaras de eco formadas por indivíduos

com ideais conservadores, e do reforço de seu discurso chancelado pelo presidente da República e por políticos da base governista, se faz necessário analisar de que maneira tal portal de notícias engendrou a narrativa acerca do voto impresso, uma das principais medidas defendidas pelo governo Bolsonaro.

### **Voto impresso auditável já! A construção narrativa do site Terça Livre**

O Terça Livre foi uma plataforma de notícias que possuía site, canal no Youtube e material em podcast. Diante da multiplicidade de formatos de conteúdo e a fim de averiguar a construção narrativa a partir da materialidade do discurso, a escolha metodológica desta pesquisa foi empreendida a partir das notícias veiculadas em formato de texto no site <https://tercalivre.com.br/>. Face ao volume de conteúdo publicado diariamente na página, a presente pesquisa optou por um recorte temporal que abarcou as notícias veiculadas no site no período de maio a julho de 2021, levando em consideração a evidência do tema na mídia e o grande volume de declarações do presidente Jair Bolsonaro, nesse período, reafirmando a pauta na esfera pública. A demarcação do período inicial se dá a partir da instalação, na Câmara dos Deputados, de comissão especial para analisar a PEC pelo voto impresso auditável, e a demarcação do tempo final de análise se dá com o marco temporal imposto pela realização da *live* do presidente afirmando que mostraria publicamente as provas de suas afirmações de fraude no sistema eleitoral.

A pesquisa foi feita no site do Terça Livre entre a última semana de julho e a primeira semana de agosto de 2021 e utilizou como palavras de busca os termos “voto impresso”, “voto auditável” e “urna eletrônica”. Tais matérias foram impressas pela autora deste artigo, o que possibilitou a posterior análise do material mesmo com o conteúdo do site tendo sido retirado do ar.

No que concerne ao método, este estudo fez uso da análise de conteúdo, buscando “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98). A concepção de análise de conteúdo utilizada segue a proposta de Laurence Bardin (2011), que aponta três etapas para sua realização: 1) organização, na qual é feita a pré-análise do material; 2) codificação, com a exploração do material, com os dados sendo classificados e agregados em categorias; e 3) tratamento dos resultados, com a interpretação e as inferências. Na etapa da organização, o material coletado foi separado e, a partir da leitura flutuante e levando em

consideração o objetivo desse artigo, foram considerados para estudo os textos sobre o voto impresso e questões de contextos que incidem sobre essa temática. Sendo assim, o corpus foi composto por 23 matérias.

Após a organização do material, seguiu-se para a etapa da codificação com a exploração detalhada do conteúdo das matérias. Durante essa leitura mais cuidadosa, foram observados também os enunciados que mais se destacaram na narrativa e os principais personagens dos textos, entendendo que essas informações ajudam a dar sentido e a entender as estratégias discursivas apresentadas pelo Terça Livre. As informações sobre enunciados e personagens estão descritas na tabela a seguir:

**Tabela 1 – Enunciados e personagens que mais se destacaram nas matérias sobre voto impresso no site Terça Livre**

Enunciados que mais se destacaram nas matérias	Nº de citações	Principais personagens das matérias	Nº de aparições
Fraude/Fragilidade	24	Jair Bolsonaro	6
TSE/ Ministro Luis Roberto Barroso	24	Luis Roberto Barroso	8
Bolsonaro / presidente da República	27	Especialistas favoráveis ao voto impresso	9
Lisura / Verdade / lícito	4	Políticos favoráveis ao voto impresso	5
Transparência / Auditabilidade	11	Políticos contrários ao voto impresso	2
Democracia	8	Ministros do STF	4
Voto democrático / Eleições democráticas	5		
PEC do voto impresso auditável	14		

Fonte: Elaboração da autora da pesquisa a partir da análise de dados

Ainda na etapa da codificação, Bardin (2011) propõe a categorização do material analisado a fim de facilitar as interpretações e inferências dos textos que compõem o corpus. Levando em consideração os objetivos da análise e as principais nuances encontradas nas matérias, foram elencadas três categorias: (a) caracterização do voto impresso, (b) qualificação dos atores políticos envolvidos e (c) formato das declarações favoráveis e contrárias ao voto impresso auditável. Essas categorias serviram de base para a interpretação dos dados e apresentação das inferências, ações realizadas na terceira etapa.

A partir da análise do corpus deste estudo, é possível inferir que o Terça Livre engendrou narrativa favorável ao voto impresso, caracterizando-o como peça importante para a garantia da democracia e da defesa da verdade e da lisura do processo eleitoral. Os conteúdos veiculados pelo site sugerem desconfiança com o atual sistema eleitoral, com a repetição dos termos “fraude” e “fragilidade” em diversas matérias, cuja solução seria o voto impresso, descrito sob a ótica de possibilitar a transparência e auditabilidade da votação.



Essa estratégia também pode ser percebida ao analisar os principais personagens presentes nos textos: há considerável destaque para aqueles favoráveis à implantação da medida, em especial para o presidente Jair Bolsonaro, que figura, no debate público, como a principal voz a favor do voto impresso. Mesmo com a presença de alguns atores contrários à medida, os textos que assim os destacaram empreenderam construção narrativa a fim de colocá-los como figuras no campo oposto à democracia.

No tocante à (a) caracterização do voto impresso, o site Terça Livre engendrou algumas narrativas a fim de estabelecer uma inferência favorável a tal medida. Uma delas é o reforço da defesa da democracia, reafirmação da ideia de que o voto impresso garante uma eleição transparente e democrática. Tal questão esteve presente tanto na fala de especialistas, como nas matérias que disseminaram discurso perpetuado por Bolsonaro, a exemplo do trecho “‘Eu quero eleições no ano que vem. Eleições limpas, democráticas, voto democrático, contagem pública de votos. Isso é a essência da democracia e a garantia da nossa liberdade. E que vença o melhor’, continuou.” (GALGANE, 2021d)

Outra estratégia é a noção de que o voto impresso auditável não é um desejo apenas dos grupos de direita, mas também de outras parcelas da população. Dois dias após a instalação de comissão especial na Câmara para analisar a PEC 135/2019, o site aproveitou texto do TSE abordando a defesa da urna eletrônica para fazer esta argumentação em matéria com um analista político assegurando que

[...] a classe política como um todo também prefere a possibilidade de auditabilidade dos votos, isso não é uma questão ideológica da direita, não. Isso é um interesse que a própria classe política possui. E que foi constrangida também na medida em que não se pode transformar o sistema em um sistema mais transparente (GALGANE, 2021b).

Em outra matéria, tem-se o trecho “Centenas de brasileiros já se reúnem na Esplanada dos Ministérios neste sábado (15) para as manifestações em defesa da família, do voto impresso e do agronegócio” (PIERI, 2021a). Essa ideia também é acessada a partir do discurso de que a população rejeita a narrativa proferida pelo TSE acerca da segurança da urna eletrônica. Tal construção é quase sempre presente nas matérias a partir de afirmações de especialistas, como nesse exemplo de fala de Bruno Dornelles, creditado como analista político: “‘Não é à toa que quando o TSE publicou esse vídeo do presidente do TSE falando das urnas eletrônicas, houve recorde de rejeição no YouTube, não deu para esconder’, finalizou o analista político” (GALGANE, 2021b). No que concerne à referência ao número

de *deslikes* recebidos nos vídeos, é preciso registrar a existência de campanha em massa por parte da base bolsonarista para avaliar de maneira negativa o conteúdo veiculado no YouTube, conforme noticiou o site Metrôpoles: “Bolsonaristas fazem campanha de *dislike* em vídeo do TSE sobre urna eletrônica” (PORTELA, 2021). Assim, fica evidente a intenção de engendrar de maneira proposital o discurso de não aceitação da população.

No que concerne à (b) qualificação dos atores políticos envolvidos, a narrativa construída empreende descredibilização dos ministros e servidores do TSE, bem como dos ministros do STF e dos políticos que se colocam publicamente em defesa da urna eletrônica. Tal estratégia está presente no comentário sobre a declaração do presidente do Senado afirmando ter confiança na Justiça Eleitoral brasileira: “O jornalista Allan dos Santos disse no Boletim da Noite desta segunda-feira (5) que, ao contrário do que diz Rodrigo Pacheco, o processo eleitoral não é feito na confiança e, sim, na auditoria. ‘Não se trata de confiar uns nos outros, se trata de auditar uns aos outros’, ressaltou o jornalista” (CARNEIRO, 2021). A mesma estratégia é utilizada no trecho a seguir:

“O ministro não pode fazer lobby para um determinado sistema eleitoral”. Foi o que afirmou nesta segunda-feira (21) o analista político Carlos Dias ao avaliar o comportamento do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, a respeito do voto impresso. [...] De acordo com Carlos Dias, a atitude do ministro é uma invasão de competência” (PIERI, 2021b).

A descredibilização também está presente na fala de políticos aliados ao governo Bolsonaro, como o caso da deputada federal Bia Kicis. Com matéria veiculada no dia 10 de junho, o site traz a seguinte afirmação da deputada:

“Tudo que o ministro Barroso falou nesta quarta-feira (9) no Plenário da Câmara é exatamente tudo que ele tem repetido nesses vídeos que ele vem gravando em várias línguas. Inclusive, não tem nenhuma novidade, não trouxe nenhuma segurança, simplesmente ele desfiou aquele rosário que é baseado na informação que os técnicos do TSE trazem para os ministros. (...) O ministro repete isso como se fosse verdade, só que não é. Eu posso afirmar isso”, declarou a presidente da CCJ (GALGANE, 2021c).

Bia Kicis é descrita na matéria como presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJ), advogada e procuradora aposentada do Distrito Federal. Tal construção discursiva pretende atribuir à deputada a condição de especialista no assunto, para que suas declarações ganhem um grau maior de credibilidade

na narrativa. A mesma estratégia é conferida a outros políticos favoráveis a ideia do voto impresso, como o deputado Filipe Barros (PSL), relator da PEC na Câmara dos Deputados, e a especialistas, como é o caso de Carlos Rocha, engenheiro eletrônico que liderou a equipe que desenvolveu e fabricou a urna eletrônica brasileira. Essa posição é expressa na matéria já no seu título “Engenheiro que projetou urna eletrônica defende voto auditável” (GALGANE, 2021d).

Esse texto é também exemplo de uso da desinformação como estratégia empreendida pelo site: evidência ou supressão de partes do discurso para se adequar à narrativa de apoio ao voto impresso. A matéria se baseia em declaração de Carlos Rocha em vídeo publicado no canal Voto Legal, no YouTube, falando sobre transparência dos votos e defendendo a descentralização das funções na administração eleitoral e a criação de um documento eletrônico legal para cada voto, com a certificação digital para o eleitor poder confirmar seu voto e acompanhar a apuração. Ao relatar a fala do entrevistado, o site afirma já em seu título que “Engenheiro que projetou urna eletrônica defende voto auditável” (GALGANE, 2021d), mas omite que tal proposta se trata de uma auditoria digital e não de votos em papel. A escolha dos termos utilizados faz parte de uma estratégia de publicização de determinado contexto e de silenciamento de outros, corroborando com a criação de narrativas favoráveis ao voto impresso.

Além da supressão de informações, o Terça Livre também fez uso da estratégia de manipulação de contexto, uma das ações características de desinformação, ao publicar matéria onde afirma que o presidente do TSE criou equipe “para impedir questionamentos sobre o processo eleitoral” (GALGANE, 2021a). Segundo o texto, “A medida visa impedir questionamentos sobre as eleições” (GALGANE, 2021a). Entretanto, a ação anunciada pelo ministro Barroso tem como objetivo monitorar manifestações nas redes sociais que digam respeito à segurança do processo eleitoral a fim de desmentir notícias falsas<sup>11</sup>.

No que concerne à (c) formatação das declarações favoráveis e contrárias ao voto impresso, há predominância das primeiras, tanto na frequência das matérias como no espaço dado às mesmas nos textos. Além da frequência e do espaço maior, a construção narrativa é empreendida nas matérias de forma que, mesmo quando o texto relata declaração de algum político ou ministro contrária ao voto impresso, são incluídas declarações de fontes

---

<sup>11</sup> Informação divulgada em matéria da CNN Brasil disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/07/27/barroso-escala-equipe-do-tse-para-desmentir-noticias-falsas-sobre-eleicoes> Acesso em 02 jan 2022

consideradas especialistas que as refutam, como já exemplificado nesse estudo com o trecho de matéria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, relatando confiança na urna eletrônica.

Portanto, as declarações favoráveis ao voto impresso são destacadas na narrativa e impulsionam o número de textos publicados, como o ocorrido após *live* do presidente Bolsonaro no dia 29 de julho de 2021 afirmando ter provas de fraudes no sistema eleitoral brasileiro. Nessa data e nos dias subsequentes, o Terça Livre intensificou a publicação de matérias sobre a temática, especialmente uma que tenta justificar a ausência de provas sobre as fraudes ao considerar como “fortes” os indícios apresentados pelo presidente:

Mesmo não tendo apresentado “provas concretas” de fraudes eleitorais, Bolsonaro reuniu e mostrou diversos e fortes indícios de que as urnas brasileiras não são confiáveis. O presidente apresentou números e estatísticas de casos suspeitos de adulteração de votos, mas também vídeos de eleitores reclamando de não conseguirem votar nos seus candidatos. Mostrou um vídeo de um hacker relatando como era possível adulterar as urnas. (GALGANE, 2021d).

A confiabilidade e a efetividade dos dados apresentados por Bolsonaro na *live* foram refutados pelo TSE em suas redes sociais e por diversos sites e projetos de checagem, a exemplo do Estadão verifica – “Provas de Bolsonaro sobre fraudes em urnas são vídeos com alegações falsas”<sup>12</sup>; Agência Lupa – “Entenda por que Bolsonaro não tem indícios ou provas de fraude das urnas”<sup>13</sup>; Folha de S. Paulo – “TSE rebate em série 18 alegações de Bolsonaro feitas sem prova contra urna eletrônica”<sup>14</sup>, entre outros. Entretanto, o Terça Livre continuou a reverberar as informações dadas pelo presidente. No dia seguinte, o site publicou matéria intitulada “‘Só Brasil, Butão e Bangladesh usam urnas eletrônicas de primeira geração em larga escala’, diz engenheiro Amílcar Brunazo” (BIANCHI, 2021). O título e o texto trazem a informação acrescida do detalhe acerca do tipo de urna, a partir da fala de uma fonte caracterizada como especialista, trabalhando a ideia de construção de objetividade jornalística – com o uso de fontes - e de credibilidade da informação, ancorando o fato em fala da fonte com suposto “entendimento de causa”.

<sup>12</sup> Fonte: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/provas-de-bolsonaro-sobre-fraude-em-urnas-sao-videos-antigos-com-alegacoes-falsas/> Acesso em: 02 jan 2022

<sup>13</sup> Fonte: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/07/30/bolsonaro-fraudes-urnas/> Acesso em: 01 ago 2021.

<sup>14</sup> Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/tse-rebate-em-serie-18-alegacoes-de-bolsonaro-feitas-sem-prova-contra-urna-eletronica.shtml> > Acesso em: 01 ago 2021

É preciso salientar, ainda, que as notícias veiculadas nos dias 29 e 30 de julho anunciaram os protestos de rua programados para o dia 1º de agosto em favor do voto impresso, funcionando, assim, como convocação e apoio às manifestações.

Desta maneira, é possível inferir que a defesa do voto impresso na narrativa do Terça Livre está presente tanto na seleção das fontes como de forma contundente no conteúdo dos textos: “A proposta, no entanto, é crucial para trazer auditabilidade ao voto popular. Ou seja, a versão em papel serviria para se fazer a checagem posterior do resultado eleitoral, caso necessário, e, assim, o cidadão tem a certeza de que o voto foi computado conforme a sua escolha” (GALGANE, 2021b).

### **Considerações finais**

Faz-se necessário, por fim, relatar apontamentos importantes relacionados à cobertura do site Terça Livre: o primeiro deles diz respeito a um dos ideais de cobertura jornalística, que é a apresentação de pontos de vistas diferentes sobre determinado assunto. Apesar de se apresentar como veículo jornalístico, o site não dá espaço para ouvir o outro lado, trabalhando em sentido contrário à pluralidade de vozes e opiniões e reverberando falas que concordam apenas com a sua visão. Mesmo quando cita falas de políticos contrários ao voto impresso, o site na mesma matéria apresentava opiniões de especialistas – todos favoráveis ao voto impresso e questionando a credibilidade da urna eletrônica. O site funciona, assim, como câmara de eco em dois sentidos: ao amplificar e reforçar por repetição, sem opiniões diferentes, ideia positiva sobre voto impresso, e ao servir de meio de propagação e reafirmação de todos os posicionamentos do presidente Jair Bolsonaro relacionados ao tema, seja veiculando suas falas, seja construindo argumentos que as baseiam.

O Terça Livre compõe um cenário discursivo sobre voto impresso para forjar a ideia de guerra entre dois polos considerados antagônicos: de um lado os políticos e cidadãos que prezam pela democracia, pela confiabilidade e a lisura do processo eleitoral e que, portanto, são a favor do voto impresso auditável; e do outro, as instituições e os políticos contrários ao voto impresso, caracterizados como forças que optam por colocar em risco a democracia e, conseqüentemente, o futuro do país. Os textos analisados nesta pesquisa sugerem a adoção de estratégias discursivas baseadas em três pilares: 1) descredibilização da urna eletrônica e do atual sistema eleitoral; 2) voto impresso como instrumento de defesa da democracia e da

lisura do processo; e 3) instituições ou pessoas contrárias ao voto impresso auditável são inimigos da nação.

Diante da análise, é possível inferir que os textos publicados pelo site Terça Livre utilizam de escolhas textuais e formatações discursivas a fim de criar narrativas favoráveis ao voto impresso, reafirmando, sobretudo, a ideia de descredenciamento do atual sistema eleitoral e das instituições, e criando ambiência para possíveis narrativas de fraude das eleições presidenciais de 2022. O site se coloca, ainda, como local de ressonância para as declarações proferidas pelo presidente Jair Bolsonaro.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BIANCHI, Ítalo. ‘Só Brasil, Butão e Bangladesh usam urnas eletrônicas de primeira geração em larga escala’, diz engenheiro Amílcar Brunazo. **Terça Livre**, 30 jul 2021. Disponível em <<https://tercalivre.com.br/so-brasil-butao-e-bangladesh-usam-urnas-eletronicas-de-primeira-geracao-em-larga-escala-diz-engenheiro-amilcar-brunazo/>> Acesso em 31 jul 2021.

CARNEIRO, Ezequiel. ‘Não identifico indício algum de fraude nos resultados eleitorais’, diz Rodrigo Pacheco. **Terça Livre**, 06 jul 2021. Disponível em < <https://tercalivre.com.br/nao-identifico-indicio-qualquer-um-de-fraude-nos-resultados-eleitorais-diz-rodri-go-pacheco/> > Acesso em 02 ago 2021

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CINELLI, Matteo; MORALES, Gianmarco; GALEAZZI, Alessandro; QUATTROCI, Walter. The echo chamber effect on social media. **PNAS**, vol. 118, n.9, 2021. Disponível em <https://www.pnas.org/content/118/9/e2023301118> Acesso em 15 jan 2022.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

GALGANE, Brehnno. Barroso escala equipe para impedir questionamento sobre eleição. **Terça Livre**, [s.l.], 28 jul 2021. Disponível em <https://tercalivre.com.br/barroso-escala-equipe-para-impedir-questionamento-sobre-eleicao/> Acesso em 1º ago 2021.

\_\_\_\_\_. Barroso lança campanha em defesa da urna eletrônica. **Terça Livre**, [s.l.], 15 mai 2021. Disponível em <https://tercalivre.com.br/barroso-lanca-campanha-em-defesa-da-urna-eletronica/> Acesso em 1º ago 2021

\_\_\_\_\_. Exclusivo: Ministro Barroso mostra não conhecer a urna eletrônica, analisa deputada Bia Kicis. **Terça Livre**, [s.l.], 10 junho 2021. Disponível em <https://tercalivre.com.br/exclusivo-ministro-barroso-mostra-nao-conhecer-a-urna-eletronica-analisa-deputada-bia-kicis/> Acesso em 01 ago 2021.

\_\_\_\_\_. Live de Bolsonaro fortalece movimento pelo voto impresso auditável. **Terça Livre**, [s.l.], 30 julho 2021. Disponível em <https://tercalivre.com.br/live-de-bolsonaro-fortalece-movimento-pelo-voto-impresso-auditavel/> Acesso em 30 jul 2021

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. v.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Verdade e justificação**. São Paulo: Edições Loyola, 2004

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. *In.*: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Florianópolis: Insular, 2016, p. 309-341

IASBECK, Luiz. Fake news: a crise da verdade e da credibilidade. *In.*: XV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. GI 4 Tecnologías de información y comunicación y gestión pública. 2020, Medellín. **Memorias** [...]. Medellín: Universidad Pontificia Bolivariana, p. 130-142. Disponível em: <https://repository.upb.edu.co/handle/20.500.11912/8688> Acesso em: 29 jul 2021

OXFORD LANGUAGES. Word of the year 2016. Londres, 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/> Acesso em 02 jun 2022.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PIERI, Bruna. Manifestações: Brasileiros lotam a Esplanada dos Ministérios em Brasília. **Terça Livre**, [s.l.], 15 mai 2021. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/manifestacoes-brasileiros-lotam-a-esplanada-dos-ministerios-em-brasilia/> Acesso em: 02 ago 2021.

\_\_\_\_\_. ‘Ministro não pode fazer lobby para um determinado sistema eleitoral’, analisa Carlos Dias. **Terça Livre**, [s.l.] 21 jun 2021. Disponível em < <https://tercalivre.com.br/ministro-nao-pode-fazer-lobby-para-um-determinado-sistema-eleitoral-analisa-carlos-dias/> > Acesso em 02 ago 2021

PIMENTA, Angela. Claire Wardle: combater a desinformação é como varrer as ruas. **Observatório da Imprensa**. Campinas-SP, 14 nov 2017. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/credibilidade/claire-wardle-combater-desinformacao-e-como-varrer-as-ruas/> Acesso em: 28 set 2020

PONTES, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise e discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.

PORTELA, Julia. Bolsonaristas fazem campanha de dislike em vídeo do TSE sobre urna eletrônica. **Metrópoles**, Brasília, 30 jul 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/bolsonaristas-fazem-campanha-de-dislike-em-video-do-tse-sobre-urna-eletronica> Acesso em: 02 ago 2021.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a Desinformação sobre COVID-19 no Twitter. **Contracampo**, Niterói, v. 40, n. 1, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/45611/28708> Acesso em: 05 jan 2022.

ROCHA, Heitor. Verdade e rigor no Jornalismo: A intersubjetividade como referência na construção da notícia. **Estudos em Comunicação**, n.2, dez 2007, p. 171-183 Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/02/pdf/Rocha-verdade-e-rigor-no-jornalismo.pdf> Acesso em: 21 jul 2021